

# INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Gabrielley dos Santos Borges<sup>1</sup>

Célia Regina Bernardes Costa<sup>2</sup>

## RESUMO

A Educação Física é um componente curricular obrigatório que tem como objeto de estudo a motricidade humana. Ela é uma área de conhecimento que, organiza, sistematiza, constrói e produz conhecimento, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento afetivo, social, e intelectual dos alunos. Para que haja inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, é necessário que o professor de Educação Física faça adequação nos conteúdos e nas metodologias de ensino, para o atendimento às características de cada participante, respeitando as diferenças individuais de cada um. Desta forma, esta pesquisa inscreve-se como um trabalho que visa compreender a importância da inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física escolar, envolvendo a cultura corporal de movimento, através de jogos, brincadeiras, esportes, danças, lutas e ginástica, como forma de desenvolvimento integral dos educandos, adequando conteúdos e metodologias de ensino, visando a participação de todos, inclusive das pessoas com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Educação Física. Inclusão. Criança. Escola

## INTRODUÇÃO

A Inclusão, como um processo social amplo, vem acontecendo em todo o

---

<sup>1</sup> Graduanda em Educação Física pela Faculdade de Patos de Minas-FPM.

<sup>2</sup> Professora na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso na Faculdade de Patos de Minas-FPM.

mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50. A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania com dignidade ( SASSAKI, 1997), Segundo esse mesmo autor, a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, é necessário que essas mudanças aconteçam envolvendo a compreensão e cooperação de todos no processo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Por ser um componente curricular obrigatório a Educação Física deve integrar à proposta pedagógica escolar. Para isso é preciso compreendê-la como área de conhecimento que organiza, sistematiza, constrói e produz conhecimento, com base em objetivos e princípios pedagógicos. Nesse novo contexto as praticas da Educação Física inclusiva vai alem do ensino correto do gesto motor, cabe ao professor problematizar, interpretar, relacionar, analisar com seus alunos as diversas manifestações da cultura corporal.

De acordo com os PCNs, por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das crianças com necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, que levam este aluno a uma maior condição de consciência, em busca da sua futura independência e qualidade de vida.

Desta forma, esta pesquisa inscreve-se como um trabalho que visa compreender a importância da diversificação das práticas corporais presentes na Educação Física Escolar, visando a inclusão. Ela tem um caráter qualitativo, porque visa aprimorar os estudos sobre a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas aulas de Educação Física despertando nos alunos, nos pais e nos educadores, uma visão

ampliada da diversificação das práticas corporais utilizadas atualmente na Educação Física escolar.

A metodologia utilizada no presente estudo foi através de pesquisas em artigos científicos, Livros, e Sites da Internet. Após os estudos realizados, foi possível perceber que através de adequações metodológicas é possível incluir a todos nas praticas da Educação Física, inclusive as pessoas com necessidades especiais, possibilitando aos mesmos a compreensão de suas limitações e capacidades, para usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas em benefício do exercício critico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

## **1 REFERENCIALTEÓRICO**

### **1.1 Contexto histórico e social da inclusão**

O contexto histórico e social da inclusão tem sua trajetória marcada por diferentes estágios.

Na antiguidade, a segregação e o abandono das pessoas com deficiência eram institucionalizados, vistos como doentes,incapazes, alvo de caridade popular, de assistencialismo social, e não a de sujeitos de direitos sociais, á saúde, à educação, à educação Física e aos esportes. (DARIDO, 2007)

De acordo com Ministério da Educação Especial (2003), as raízes históricas e culturais relacionadas a inclusão de pessoas com deficiência, sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito.

Conforme citado na literatura, em Roma antiga as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis, havia também uma lei que dava o direito ao pai de eliminar a criança logo após o parto se ela apresentasse alguma anomalia.

Na Grécia antiga, as pessoas com deficiência eram mortas, abandonadas à sua sorte e expostas publicamente.

Na idade Média, a visão cristã correlacionava a deficiência à culpa, ao pecado ou a qualquer transgressão moral ou social. A deficiência era a marca física, sensorial ou

mental desse pecado, que impedia o contato com a divindade. Os deficientes mentais, os loucos e criminosos eram considerados, muitas vezes, possuídos pelo demônio, e excluídos da sociedade, os surdos e cegos eram vistos com dons e poderes sobrenaturais. Havia uma mistura de crendice, culpa e oscilação de pecados.

Mas foi com Santo Tomás de Aquino, que a deficiência passa a ser considerada como um fenômeno natural da espécie humana. Nessa época havia uma mistura de piedade, consideração e super proteção da população em relação a estas pessoas, fazendo surgir ações de cunho social, religioso, proteção e cuidados, como: Abrigos, hospitais e prisões.

Foi com o surgimento da Ciência na época do Renascimento que começaram a buscar explicações para as causas das deficiências, consideradas do ponto de vista médico como doenças de caráter hereditário, males físicos ou mentais.

Segundo o Ministério da Educação (2003), as primeiras iniciativas para a educação de pessoas com deficiências surgiram na França em 1620, com Jean Paul Bonet, ensinando mudos a falar. Depois outras iniciativas foram sendo tomadas nesse sentido, atendendo pessoas com deficiência mental com o médico Francês Jean Marc Itard, no século XIX.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com super dotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento

especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com super dotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

A proposta de Educação Inclusiva surgiu nos Estados Unidos, em 1975, com a lei pública nº 94.142. No entanto o conceito foi adotado em 1994 na "Declaração de Salamanca" (UNESCO, 1994) onde o assunto foi debatido na Conferencia Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, e tinha com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas públicas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A Declaração de Salamanca é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Crianças (1988) e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) fazendo parte da tendência mundial que vem consolidando a educação inclusiva no mundo.

Em decorrência dos avanços científicos e leis que asseguram os direitos das pessoas com necessidades especiais, elas estão cada dia mais ocupando os seus espaço na sociedade, garantido seus direitos em busca de saúde, educação, justiça e ação social. No entanto, paralelamente a esses avanços, envolvendo à consolidação de concepções científicas e política públicas educacionais sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, ainda permanece nos dias atuais atitudes de marginalização das pessoas com deficiência, semelhantes àquelas vividas na Antiguidade Clássica.

## 1.2 Conceito de educação inclusiva

Para Abdala (2002), a diversidade é uma característica do nosso mundo. A diferença faz parte do nosso cotidiano, porém temos algo em comum: temos os mesmos direitos, o jeito que somos, com nossas capacidades e nossas limitações.

A educação inclusiva parte do princípio de que cada um possa procurar a plenitude do seu existir, para participar ativamente na construção de sua vida pessoal, tendo uma existência feliz e de qualidade.

Portanto a educação inclusiva visa também respeitar os outros e aceitar que sejam diferentes de nós, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações.

De acordo com Secretaria de Educação Especial – MEC (2003), a inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

Estas duas dimensões propõe uma reflexão a cerca das dificuldades que os alunos com necessidades educacionais especiais encontram nas classes comuns. Com base nesses estudos as seguintes questões foram levantadas: O que significa realmente educação para todos? Em que implicaria, na realidade, a igualdade de oportunidade? Quais as demandas e necessidades que emergem no processo de aprendizagem? Como a escola tem se organizado para responder a essas demandas e necessidades? Como se dá a prática pedagógica para a diversidade? Como possibilitar a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física? Qual é o nível de participação dos alunos, pais e comunidade na elaboração do projeto político pedagógico e na tomada de decisão?

Essas são dúvidas e inquietações de milhares de professores, que estão atuando nas escolas, no entanto estes questionamentos podem ser resolvidos através da troca de informações entre professores, equipe pedagógica, pais e sociedade. É importante que os profissionais aprimore seus conhecimentos através de estudos, pesquisas como também a implementações de projetos no espaço escolar, tendo em vista uma educação verdadeiramente inclusiva.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. O capítulo 8 do PNE é destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais.

O PNE considera público alvo da Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva, educandos com deficiência intelectual, física, auditiva, visual e múltipla, transtorno global de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

Neste sentido, a matrícula destes alunos vem crescendo a olhos vistos entre 1998 até a data de hoje. Em contrapartida a este número de alunos com necessidades especiais matriculados em escolas regulares, que vem aumentando, o número de matrículas em Escolas Especiais vem caindo. Segundo a Revista Nova Escola este número teve uma queda de 21,4% em 6 anos. Infelizmente, este número de matrículas continua irrelevante se o compararmos com a estimativa da OMS. E, pouco se tem feito para que este número cresça.

Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNB/CNE, 2009)

A educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo

como um todo, ao mesmo tempo atender às necessidades de cada um em particular, principalmente daqueles que são excluídos.

### **1.3 Educação física escolar como espaço inclusivo**

Segundo Gorgatti (2008), a origem da participação de pessoas que apresentam diferentes peculiares condições para a prática das atividades físicas ocorreu em programas denominados ginástica médica, na China, cerca de 3 mil anos a.C. Desde esse tempo, muitos programas foram desenvolvidos com os mais diversos nomes, como: Educação Física Corretiva, Educação Física Preventiva, Educação Física Ortopédica, Educação Física Reabilitativa e Educação Física Terapêutica.

Com o passar dos tempos, e com a constante preocupação de profissionais e estudiosos dessa área, outros programas foram surgindo, assumindo uma identidade essencialmente educativa e pedagógica. Atualmente o foco da Educação Física é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento, envolvendo atividades como: Ginástica, danças, jogos e esportes, brincadeiras e lutas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ser humano tem uma história de cultura, tudo o que ele faz está inserido num contexto cultural, produzindo e reproduzindo cultura. O homem primitivo e seus descendentes que habitaram o planeta deixaram através de manuscritos, pinturas e outros registros, como jogos e brincadeiras, referências importantes que hoje utilizamos como conteúdo da Educação Física, inclusive nas práticas da Educação Física como espaço inclusivo.

É fundamental, entretanto, que alguns cuidados sejam tomados, quando se trata de atender um aluno com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, em primeiro lugar, deve-se analisar o tipo de necessidade especial que esse aluno apresenta, pois existem diferentes tipos e graus de limitações, que requerem procedimentos específicos.

Embora existam inúmeros cursos de aprofundamento, de especialização, de mestrado e mesmo de doutorado no país, que preparam professores de Educação Física para a atuação na área de educação motora adaptada, nos contextos em que não houver professores preparados para atuar com este tipo de população é necessário



que haja orientação médica e, em alguns casos, a supervisão de um especialista em fisioterapia, um neurologista, psicomotricista ou psicólogo, pois as restrições de movimentos, posturas e esforço podem implicar graves riscos. Garantidas as condições de segurança, o professor deve fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Esse aluno poderá participar dos jogos ou danças, por exemplo, criando-se um papel específico para sua atuação, onde cada limitação gerará um nível de solução, pois o desenvolvimento da percepção das possibilidades permite a sua conseqüente potencialização.

O professor deve ser flexível, fazendo as adequações necessárias no plano de ensino, nas regras das atividades, na utilização de materiais e do espaço para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como no grupo, todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão. Caminham, também nesta direção, a informação e a discussão sobre a participação de portadores de necessidades especiais em competições oficiais, adaptadas para cada condição específica, em que se pode valorizar a superação de limitações e impedimentos.

Outro ponto importante é em relação a situações de vergonha e exposição nas aulas de Educação Física. A maioria das pessoas que apresentam alguma deficiência tem traços fisionômicos, alterações morfológicas ou problemas de coordenação que as destacam das demais. Uma atitude positiva de todos diante dessas diferenças é algo que se construirá na convivência e que dependerá muito da postura pedagógica que o professor adotar concretamente nesta direção.

A aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte da pessoa que apresenta necessidade especial, e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, sem preconceitos.

#### **1.4 Papel da escola, do educador, da sociedade, e da família no processo inclusivo.**

Cada um desses segmentos tem sua importância no papel da inclusão. O cuidar no contexto educativo e pessoal, demanda a integração de vários campos de

conhecimentos, como também o envolvimento de pais, da sociedade e da família na formação global do indivíduo.

A escola sendo uma instituição que considera crianças e adolescentes seres sociais e construtivos; deve desenvolver uma educação que valorize a relação adulto-criança, adulto-adolescente, caracterizada pelo respeito mútuo, pelo afeto, pela confiança, promovendo a autonomia, o espírito crítico e criativo, gerando responsabilidade e cooperação, respeitando e aceitando a diversidade como uma característica do mundo, com certeza esta escola estará promovendo de forma natural a inclusão.

Uma escola inclusiva deve garantir condições para que os alunos possam se locomover em todos os ambientes, com eliminação das barreiras arquitetônicas; providenciando a construção de rampas ou elevadores para acesso, banheiros adaptados para acomodação de cadeiras de rodas, corrimões, instalação de pisos antiderrapante e sinalização para alunos com baixa visão e para alunos surdos.

Sendo assim, todos os alunos terão condições de frequentar a totalidade das aulas, lembrando que a constituição de 1988 assegura igualdade de condições de acesso e permanência no sistema educacional para todos.

Quanto ao papel do educador, ele não deve ser diferente do papel da escola, talvez seja necessário que o profissional resinifique sua prática pedagógica e sua concepção de diversidade, preparando para atuar de forma inclusiva, buscando formação e preparo para a nova prática para atender às necessidades do ensino inclusivo.

De acordo com Carvalho, aceitar a ideia de caleidoscópio é aceitar que todos são importantes e significativos, e quanto maior a diversidade, mais complexa e rica será a situação de aprendizagem.

A família assume papel de destaque em todo o processo de inclusão, ela compõe a uma rede de apoio importante para a escolarização dos alunos, informando o professor sobre as necessidades específicas da criança. Eles devem ajudar os filhos em todos os aspectos, inclusive encorajando-os para enfrentar os desafios da vida, é importante que os pais escolham a escola ideal para matricular seu filho. Crianças tímidas se sentirão mais confortáveis em escolas pequenas, onde todos se conhecem pelo

nome. Porém, ingressar numa escola grande pode ser um desafio e um estímulo para que elas aprendam a se relacionar em ambientes maiores. Os pais devem participar de reuniões que discutem questões sobre a educação de seus filhos, colocando sugestões, para a melhoria das condições das escolas.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais faz parte do paradigma de uma sociedade democrática, comprometida com o respeito aos cidadãos e à cidadania.

A sociedade e o poder público são protagonistas no desenvolvimento de projetos, ações e políticas públicas inclusivas, dentro das escolas o sistema público tem organizado salas multifuncionais ou sala de apoio ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). O aluno tem o direito de frequentar o AEE no período oposto às aulas com o objetivo de oferecer recursos de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras, favorecendo a participação social e o desenvolvimento da aprendizagem

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após os estudos realizados, foi possível perceber que a educação inclusiva passou por processos de evoluções importante, desde a idade antiga até os tempos atuais. Na idade antiga, os indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência eram vistos como doentes e incapazes, alvo de caridade e assistencialismo, atualmente em decorrência dos avanços científicos e leis que asseguram os direitos das pessoas com necessidades especiais, eles estão cada vez mais ocupado espaços na sociedade, garantido o direito a saúde, a educação, a justiça e ação social.

É importante destacar também o papel que a educação inclusiva exerce na formação das pessoas com necessidades especiais, orientando-os para sua própria autonomia e diversidade de ideias, partindo do princípio de que cada pessoa pode procurar a plenitude do seu existir, através da educação.

Ficou evidente que o professor de Educação Física exerce papel preponderante quando se trata de incluir os alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, ele precisa conhecer o aluno e as necessidades educacionais especiais que ele apresenta, utilizar de métodos e adaptações nas atividades que serão desenvolvidas nas aulas, usufruindo de jogos, esportes, danças, lutas e

ginásticas, envolvendo os aspectos, afetivos, cognitivos, sociais e motores dos educandos com necessidades educativas especiais, em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Por fim, após os estudos, pode-se afirmar que a escola, a família e a sociedade, assumem papéis relevantes em todo o processo de ensino e aprendizagem dos educandos, colaborando para o desenvolvimento integral mesmos, contemplando o desenvolvimento do saber fazer, do saber ser e do saber conviver, respeitando as individualidades de cada ser humano.

## ABSTRACT

Physical Education is an obligatory curricular component that has as object of study the human motricity. It is an area of knowledge that organizes, systematizes, builds and produces knowledge, effectively contributing to the students' affective, social, and intellectual development. In order to include people with special needs in Physical Education classes, it is necessary for the Physical Education teacher to adapt the contents and teaching methodologies, in order to meet the characteristics of each participant, respecting the individual differences of each one. In this way, this research is inscribed as a work that aims to understand the importance of the inclusion of people with special needs in classes of Physical Education school, involving the body culture of movement, through games, games, sports, dances, fights and gymnastics, As a form of integral development of learners, adapting contents and teaching methodologies, aiming at the participation of all, including people with special needs.

**Keywords:** Physical Education. Inclusion. Child. School

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio. **Nova Escola on line**. Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml?page=4>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Saberes e práticas da inclusão:** Brasília: MEC, SEESP, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024,** de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.**

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira. **Para ensinar Educação Física:** possibilidade de intervenção na escola. Campinas: Papyrus, 2007.

GORGATTI, Greguol Márcia; ROCHA, Fernando Aranha. **Atividade física Adaptada:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri,SP: Manole, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## **AGRADECIMENTOS**

Nenhuma batalha é vencida sozinha, no decorrer dessa luta aprendi muito e algumas pessoas estiveram ao meu lado, ajudando, apoiando e me incentivando estimulando para que eu buscasse minha vitória.

Agradeço primeiramente a Deus pois sem ele não estaria aqui , por ouvir minhas orações nas horas boas e ruins pedidos de ajuda o Senhor sempre me ouviu , obrigada Deus !

Agradeço a minha querida Orientadora Prof<sup>a</sup> Célia Regina Bernardes Costa com sua competência esteve ao meu lado com paciência, com certeza eu tenho muito que te agradecer pelas orientações e ajuda que foi muito importante aprendi muito com você , foi um pouco difícil mais conseguimos, obrigada de coração por tudo.

Agradeço a Coordenadora do curso de Educação Física – FPM pelo grande apoio sempre pela paciência que teve comigo e pelo incentivo, muito obrigada Prof<sup>a</sup> Rosana Mendes Maciel .

Agradeço aos meus Pais , Iul Briner e Eliana pelo apoio nesse sonho pelas palavras de incentivo e por sempre acreditarem em mim e por lutarem sempre ao meu lado , obrigada vocês são meu orgulho !

Agradeço também á minha irmã, Layane pelo incentivo e apoio pelas palavras amigas. Obrigada família !

Agradeço ao meu namorado, Amarildo pela paciência que teve comigo por todo apoio e incentivo nessa caminhada, obrigada .

Agradeço aos meus colegas de sala que me ajudaram em muitos momentos e pelo apoio ,

Agradeço a todos meus professores que nesses anos me passaram muito conhecimentos aprendi muito com vocês, obrigada !

Enfim agradeço a todo que de alguma forma me apoiaram e me incentivaram nessa conquista o meu muito Obrigada!